

# Imagens à distância: evolução das representações de Macau na imprensa portuguesa

Ana Horta\*

## Resumo

Pequeno território no Sul da China, Macau esteve durante quase quinhentos anos sob administração portuguesa. Este estudo procura mostrar como, durante o século XX, os diferentes contextos históricos, políticos, económicos, inclusivamente mediáticos, que se foram verificando moldaram as representações de Macau articuladas pela informação jornalística em Portugal.

Palavras-chave: Macau, imprensa, representação

## Introdução

Como se formam as imagens de um território que circulam e são socialmente aceites em determinado país? E no caso de um território em grande medida desconhecido da maior parte da população de um país, qual o papel dos meios de comunicação de massas na construção dessas imagens públicas? Que factores condicionam a construção e reprodução social de algumas imagens, e não de outras, acerca dos territórios fora do nosso país?

Questões como estas estiveram na origem desta pesquisa sobre as representações do território de Macau divulgadas pela imprensa portuguesa durante o século XX, integrada numa investigação de âmbito mais alargado que consistiu no desenvolvimento de duas abordagens: uma primeira que dizia respeito a algumas das condições sociais que historicamente contribuíram para as actuais representações do território e uma segunda centrada na análise do discurso mediático produzido em 1999, ano da transferência da administração portuguesa de Macau para a China, quando a mediação deste território se tornou particularmente intensa (Horta, 2000). Esta comunicação apenas diz respeito a uma parte dessa primeira abordagem e consiste na tentativa de relacionar as representações de Macau veiculadas pela imprensa portuguesa com os contextos sociais em que foram produzidas.

De acordo com o quadro analítico da investigação, parte-se do princípio de que na conceptualização das representações de Macau terá sido decisiva a conjugação, ao longo do tempo, de vários factores de natureza política, económica e social, potencia-

\* Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa e investigadora do OberCom. [ahorta@escs.ipl.pt](mailto:ahorta@escs.ipl.pt)

lós pela distância geográfica e pelo desconhecimento generalizado dos portugueses, que, traduzindo-se em debilidade do vínculo social a Portugal, acentuaram o papel das formas de mediação da realidade social do território, entre as quais a acção dos meios de comunicação.

**Codificação de representações nos meios de comunicação de massas**

A linguagem constitui um elemento central da capacidade de representação. A evocação de representações pressupõe a utilização de um código que permita articular, organizar e relacionar conceitos. As representações incluem-se assim no tipo de fenómenos que dizem respeito à produção de sentido através da linguagem.

Como diz Stuart Hall (1997), podemos definir representação como o processo através do qual (1) conseguimos correlacionar todo o tipo de objectos, pessoas ou acontecimentos, reais ou imaginários, com o nosso sistema conceptual, que organiza, classifica e relaciona todos os nossos conceitos ou representações mentais de forma significativa e que, de forma geral, é partilhado pelos outros membros da nossa cultura; e (2) conseguimos transmitir significados e conceitos aos outros usando uma linguagem comum, composta por signos que representam conceitos e relações conceptuais. Assim, representação será o processo através do qual objectos, conceitos e signos relacionam-se entre si e produzem sentido.

Mas a condição de comunicabilidade das representações produzidas, difundidas e apreendidas no interior de grupos induz-nos a falar de representações sociais. Jorge Vala (1993) estabeleceu três critérios para entendermos este conceito. Segundo um critério quantitativo (1), uma representação social é partilhada por um conjunto de indivíduos; segundo um critério genético (2), uma representação social resulta das interações e comunicações no interior de um grupo social, reflectindo a situação, os projectos, os problemas e as estratégias desse grupo; finalmente, segundo um critério de funcionalidade (3), as representações sociais organizam e programam as acções e comunicações dos actores sociais.

Nesta perspectiva, em que se procura compreender o processo de codificação das representações de Macau através dos *media*, os textos mediáticos são analisados como produtos culturais, sujeitos a constrangimentos de várias ordens – organizacionais, profissionais, relativos às audiências – mas, de entre os quais, interessa destacar aqui os limites impostos pela cultura dominante. Assim, apesar de todas as circunstâncias que intervêm na produção mediática, será de salientar o que dizem estes textos mediáticos relativamente às tradições, às convenções generalizadas e aos padrões culturais preexistentes de produção de sentido numa sociedade (Schudson, 1988). De facto, os *media*, ao produzirem e difundirem massivamente relatos sobre a actualidade, enquadram os seus discursos no conjunto de representações, valores, símbolos, convenções e conhecimentos que formam a cultura dominante. Neste sentido, como diz Paquete de

Oliveira (1988), «o discurso social dos *media* funda-se no discurso comum e colectivo da realidade». Deste modo, existe uma correspondência entre os discursos mediáticos e as estruturas sociocultural, simbólica, política e económica do país.

Um pressuposto essencial a esta perspectiva será a consideração de toda a produção de informação mediática como um processo de construção e não de reprodução do real. Efectivamente, os meios de comunicação de massas, sendo uma das formas de comunicação com maior capacidade de transmissão social, constituem ainda instituições socialmente legitimadas de produção e difusão de informação, embora não devam ser considerados o único, nem mesmo o principal, meio de construção ou objectivação da realidade social. Por um lado, porque existem outras formas fundamentais de transmissão social de conhecimento como as relações interpessoais ou a escola e, por outro lado, porque os *media* não actuam isolada e independentemente dos contextos sociais que condicionam a selecção, exclusão ou continuidade das representações partilhadas colectivamente. Provavelmente, os esquemas colectivos de conceitos e representações resultam da interacção entre diversos sistemas sociais e da articulação destes com os contextos históricos. Não se deverá esquecer que as características individuais e dinâmicas de grupo também condicionam as diferentes formas de apropriação por cada um dos membros da audiência do que é transmitido colectivamente.

Poderá então dizer-se que o sistema mediático parece desempenhar o papel de dar forma a conteúdos que também dependem de outros sistemas. Infundindo e difundindo representações sociais, os *media* também seleccionam os formatos dessas representações mas – porque precisam de manter-se em sintonia com o sentido produzido ou entendido pelas suas audiências – tendem a agir dentro dos padrões socialmente reconhecidos e aceites.

Assim, nesta pesquisa parte-se do princípio de que os meios de comunicação portugueses têm enquadrado a informação nova (a actualidade) nos conceitos ou representações que caracterizam o esquema de conhecimento partilhado de Macau, isto é, as imagens do território existentes anteriormente. Procedendo selectivamente, filtrando, enfatizando e amplificando determinados aspectos da actualidade, fornecendo determinadas definições dos acontecimentos, referindo determinados atributos dos objectos em questão, os *media* avivam, revigoram, *alguns* conceitos ou tipificações que melhor se adequam à actualidade das circunstâncias políticas, económicas e sociais e também às condições de produção mediática.

Tendo sido estabelecido como período de análise o século XX, foram procurados e recolhidos textos da imprensa escrita portuguesa que exemplificassem a evolução ocorrida. Sendo impensável realizar um levantamento de toda a informação jornalística produzida sobre Macau, pelos recursos que a tarefa implicaria, foi efectuada uma pesquisa documental, utilizando-se uma técnica de amostragem não probabilística, dirigida, com o objectivo de seleccionar apenas os textos cujo conteúdo fosse considerado significativo. Foram utilizados como critérios de selecção o interesse da significação das representações enunciadas e a variedade das edições impressas. Na análise dos

lados utilizaram-se informações recolhidas numa pesquisa documental complementar relativa aos contextos históricos que caracterizam o período analisado. A informação obre Macau produzida pela imprensa portuguesa durante o ano de 1999 foi recolhida de modo sistemático e submetida a uma análise de conteúdo qualitativa.

Foram delimitados cinco períodos característicos das representações de Macau produzidas pelos *media* portugueses: entre a viragem para o século XX e a II Guerra Mundial; de 1945 a 1974; a década de 80; os anos 90; e 1999, o último ano da administração portuguesa.

### Entre a viragem para o século XX e a II Guerra Mundial

Foi tomado como ponto de partida da pesquisa o primeiro tratado internacional celebrado entre Portugal e a China com o objectivo de definir o estatuto político e jurídico da colónia de Macau, o Tratado de Amizade e Comércio, que data de 1 de Dezembro de 1887 entre a China e Portugal. Iniciou-se então uma nova fase na «questão de Macau», em que Portugal se viu confrontado com a contestação do Tratado pelos movimentos nacionalistas e republicanos chineses (Santos & Gomes, 1998).

Nesta época são raras as referências a Macau na imprensa portuguesa. A respeito da assinatura do tratado com a China, os relatos são escassos e pouco precisos e, consoante a orientação política do jornal, desconfiados ou elogiosos da actuação dos representantes portugueses. Os temas presentes nos artigos ou reportagens da época são frequentemente encontrados em textos posteriores sobre Macau: o desconhecimento da quase totalidade dos portugueses; a originalidade dos costumes que resulta do encontro de diferentes culturas; a atenção, e a sua falta, da parte do poder central; os vícios e a observação pouco severa da lei; o carácter e costumes das famílias macaenses; o encantamento sentido pelos viajantes. O interesse de Macau parecia dever-se principalmente ao exotismo e ao pitoresco da existência de traços culturais portugueses num meio tão estranho e misterioso. Nestes textos predomina um discurso manifestamente nacionalista, muito elogioso da presença portuguesa e dos heróis nacionais.

No início do século XX, apesar da tensão e dos frequentes conflitos que iam ocorrendo entre portugueses e chineses a propósito da questão da delimitação das fronteiras de Macau, a nível diplomático procurava-se manter a «amizade de longa data» entre os dois países.

Dos raros textos sobre o território publicados nos anos 20 transparece um pouco do debate político em torno das negociações e intenções chinesas acerca da «questão de Macau». As atitudes portuguesas pareciam oscilar entre a defesa da via diplomática de negociação, com as cedências necessárias, e a perspectiva mais intransigente de afirmação da soberania de Macau.

### Da II Guerra Mundial ao 25 de Abril de 1974

A partir da II Guerra Mundial, e com a proclamação da República Popular da China, em 1949, intensificaram-se os movimentos chineses contra a presença estrangeira em Macau e em Hong-Kong. Portugal tentava então justificar historicamente a soberania de Macau, embora com dificuldade. Por outro lado, o atraso do regime de Salazar no reconhecimento diplomático do novo regime comunista chinês tornou-se uma questão sensível da política externa portuguesa, por ter consequências no quadro da política colonial e das relações com os Estados Unidos e as Nações Unidas. No plano internacional ganhava peso o movimento contra o colonialismo. Por tudo isto, nos anos 50 a situação política de Macau parecia ser muito frágil; no entanto, efectivamente o território ainda desempenharia um importante papel para a China, enquanto porta estratégica para o exterior.

Na primeira metade do século XX o estabelecimento de comunicações entre Portugal e Macau ainda era muito difícil, tendo-se agravado no contexto das guerras. Mas ao terminar a II Guerra Mundial estava em marcha o início do processo que viria a chamar-se «globalização», caracterizado pela intensificação das ligações entre actividades de vários pontos do globo, pela crescente interdependência económica e pelas constantes inovações tecnológicas que reduziram as distâncias espaciais e temporais. No entanto, os condicionalismos políticos e económicos específicos do caso português retardavam a adesão a esta ideologia do «progresso» e da «sociedade de comunicação». Além das dificuldades técnicas de comunicação, as características da imprensa portuguesa também não permitiam uma cobertura noticiosa regular do território. Em Portugal até aos anos 60 dominava um tipo de imprensa dependente dos interesses dos seus mecenas, com uma estrutura produtiva deficiente, tecnologicamente rudimentar, cujos jornalistas não eram profissionalizados (Oliveira, 1992). Acresce que a ditadura instituída em 1926 tinha restabelecido o regime de censura prévia.

Não será surpreendente a escassez de informação sobre Macau no país. Porém, face à crescente fragilidade do Império português, a imprensa promove a ideologia do regime de Salazar. São publicados números especiais de jornais dedicados ao Império sublinhando uma pretensa coesão inabalável entre Portugal e as colónias, de que é exemplo este título do jornal com maior circulação no país, *O Século* (16/10/1948):

«O império português é uma expressão forte e indestrutível da unidade espiritual, moral, política, social e económica que demonstra a eternidade do mundo Lusíada.»

Em comparação com a importância de territórios como Angola e Moçambique, a Macau ou a Timor é atribuído pouco espaço informativo. Inclusivamente, na mesma edição deste jornal, um Governador de Macau aproveita a ocasião do envio de um repórter português para lamentar que «as comunicações com a Europa, sobretudo com a Metrópole, continuam raras e demoradas, e as permutas comerciais com esta última estão quase abandonadas».

A imagem de Macau mediatizada nesta época corresponde claramente a uma cons-  
ção alicerçada nos pilares ideológicos do regime, particularmente no pilar do mito  
perial. De facto, Macau aparece retratado como uma colónia exemplar dos valo-  
e modos de fazer defendidos pelo regime. É também enfatizado o vínculo entre  
macau e Portugal, ora legitimando historicamente a integração do pequeno território  
império português, ora afirmando que aquele sempre defendeu a soberania por-  
guesa. Macau é, além disso, representado como um exemplo da vocação nacional  
processo civilizacional de territórios por todo o mundo e das qualidades do povo  
rtuguês, como o demonstra a seguinte citação:

«Macau, pode dizer-se, é um exemplo das nossas virtudes de nação civilizadora por  
excelência e vale como um símbolo do carinho, que sempre dedicamos aos territórios que  
descobrimos e colonizámos, e que espalhados pelo Mundo falam da nossa grandeza, da bra-  
vura dos nossos heróis guerreiros e navegantes e da tenacidade com que zelamos a honrosa  
herança deixada pelos nossos antepassados, numa vigilância permanente que é continuada  
na nossa História e numa constante fidelidade ao lema da unidade do Império [...]»

Mas verifica-se também a existência de um outro tipo de discurso que visa proceder  
uma desmistificação do imaginário corrente dos portugueses acerca do território.  
Utilizando a imprensa para inculcar a disciplina do regime, criticam-se os (muitos) por-  
gueses que não têm o cuidado de se informarem convenientemente e de acordo com  
«consciência imperial», continuando, em vez disso, a emitir «juízos deformados» e  
ntrados em temas como o comércio do ópio, o vício do jogo ou a prostituição, que  
am na verdade importantes fontes de receitas do território. Estas tentativas de sanea-  
mento da imagem de Macau são por vezes acompanhadas por uma enfatização do  
ogresso económico e financeiro impulsionado pelas autoridades portuguesas.

## década de 80

Em 1979 Portugal e a China restabeleceram relações diplomáticas e, tendo decorrido  
entre 1982 e 84 as negociações entre a China e a Grã-Bretanha para a transição de  
Hong-Kong, aproximava-se o momento de discutir o futuro de Macau. Neste novo  
contexto político iria aumentar o fluxo de noticiário sobre o território no país. Mas  
será importante referir que iria também registar-se um súbito interesse generalizado  
pela economia asiática. De facto, também se manifestou em Macau a explosão de cres-  
cimento económico no Sudeste Asiático que despertou interesse por todo o mundo,  
com a excepção de Portugal.

Assim, e por arrastamento em relação ao que acontecia em Hong-Kong, nos anos 70  
Macau iniciou uma trajectória de modernização e crescimento explosivo continuada  
a década seguinte.<sup>1</sup> Tendo percebido as potencialidades económicas do território, as

autoridades portuguesas esforçaram-se por promover a posição estratégica de Macau  
como centro de negócios, mas também de turismo, investindo no sector das infra-  
estruturas, liberalizando a circulação de capitais e concedendo incentivos fiscais e  
apoios à fixação do investimento estrangeiro. Nesta linha realizaram-se inúmeras ini-  
ciativas de promoção do território junto dos empresários portugueses e não só.

As oportunidades de negócio conduzem a um estreitamento a vários níveis da rela-  
ção de Macau com Portugal, pelo que, havendo um aumento no fluxo global de trocas,  
os *media* portugueses começam igualmente a dedicar mais atenção ao território.

Não por acaso, passa também a ser possível dedicar mais atenção aos assuntos  
de Macau. Data do final de 1979 a inauguração do circuito telefónico directo, por  
satélite, para o pequeno enclave. Simultaneamente, baixam as tarifas das chamadas  
telefónicas.

Entretanto registavam-se também mudanças importantes no sector da comunica-  
ção social em Portugal. No período que se segue a 1974, e que corresponde a uma  
«libertação» da imprensa portuguesa, caracterizada pelo «prevalcimento de uma total  
liberdade de expressão», ocorre também uma fase de «estatização» (Oliveira, 1992).  
Daqui resultou um sistema de comunicação social caracterizado pela propriedade esta-  
tal da televisão, pela partilha das principais estações de rádio entre o Estado e a Igreja  
Católica e pela coexistência dos sectores público e privado nos jornais (Mesquita,  
1994). Esta situação, caracterizada também pela crise económico-financeira do sector,  
pelo ainda baixo nível de profissionalização dos agentes produtivos e pelos fracos  
índices de leitura da população, num contexto social de agitação política, favorecia um  
jornalismo doutrinário e sensacionalista.

Mas neste período verificam-se ainda outras mudanças que vêm possibilitar ou  
favorecer a inclusão de notícias produzidas em Macau nos noticiários portugueses.  
Em 1979, o governo de Macau negocia com a RTP a criação de uma estação tele-  
visiva com programação para portugueses e chineses.<sup>2</sup> Em 1981 a Agência Noticiosa  
Portuguesa, ANOP, instala uma delegação em Macau. É neste contexto que usual-  
mente se considera que a imprensa de língua portuguesa sediada em Macau começa  
a profissionalizar-se, ganhando qualidade, sendo que este salto torna-se possível, em  
parte, pelo recrutamento e entrada no território de grande número de quadros admi-  
nistrativos, bem como dos primeiros jornalistas profissionais, oriundos de Portugal.  
Estes novos profissionais, conhecedores dos cânones profissionais do jornalismo que  
se praticava na capital contribuem para o reforço e qualidade da informação enviada  
para Portugal. Além disso, a comunicação social de língua portuguesa de Macau cresce  
significativamente: surgem vários títulos de jornais; a administração passa a conceder  
à imprensa maiores apoios financeiros; inaugura-se uma estação de televisão (TDM)  
em 1984; celebra-se um contrato para a instalação da agência Lusa (Pinto, 1993).

É a partir do início dos anos 80 que a imprensa portuguesa parece ter descoberto o  
«filão jornalístico» de Macau. De facto, na sequência de um litígio entre os jornalistas

Note-se todavia que a partir de 1961, com a renegociação do exclusivo da exploração do jogo e sua concessão à Sociedade  
e Turismo e Diversões de Macau (STDM) de Stanley Ho, o governo do território pôde começar a desenvolver uma  
política de investimentos favoráveis à economia.

<sup>2</sup> Com entrada em funcionamento inicialmente prevista para 1981, a TDM foi de facto inaugurada em 1984.

tugueses e a administração de Macau, esta é acusada de manipulação da comunidade social local para difusão de propaganda e de financiamentos a determinados partidos e candidatos às eleições legislativas e presidenciais. A partir daí a imprensa tuguesa dá mais atenção a Macau – uma atenção desconfiada.

Um artigo publicado no jornal *Semanário* a 7 de Janeiro de 1984, com o título acau: o mistério que está na moda», ilustra este tipo de representações, dando a primeira explicação para o súbito interesse dos portugueses:

«Espécie de cotão que ficou na algibeira do que foi um império, Macau fascina por muitas coisas. É um Oriente possível, porque por lá tremula a bandeira portuguesa e porque lá vive um amigo, um primo, um antigo chefe, que talvez arranje por lá “qualquer coisa” que permita fugir às tragédias do subemprego. Porque se contam histórias abracadabrantes de chineses riquíssimos que se despem de dinheiro como as árvores de folhas. Porque há sedas e cetins, máquinas e vídeos, pérolas “deste tamanho” e tudo pelo preço da chuva. E também as patacas (nome com ressonâncias...) a valerem 16 escudos cada uma.»

Nesses anos Macau era frequentemente referido como um lugar onde parecia plausível enriquecer facilmente. Subjaz aqui a representação de que no território as diferentes formas de controle típicas dos «Estados de direito» seriam brandas ou frouxas, valendo um regime de oficiosa permissividade. E esta representação irá efectivamente permanecer durante bastante tempo na memória social portuguesa de Macau. Assim, após as décadas de contenção e doutrinação do Estado Novo, dissolvido o antigo império colonial português, os *media* descobriam Macau como um vestígio do passado que, surpreendentemente, parecia repleto de riqueza. Situado numa região que parecia economicamente de forma explosiva, apresentando lucros «fabulosos» através do jogo e do turismo, necessitando de quadros técnicos e recompensando-os bem, envolvendo constantemente campanhas de promoção mediática, Macau despoletou interesse económico – de alguns empresários, dos *media* e de políticos também.

Os meios técnicos favoreceram o agendamento de Macau, mas a «virtuosa» imagem que fora cultivada durante o Estado Novo tinha desaparecido com a censura e nas novas condições socioeconómicas e políticas voltaram a mediatizar-se aspectos que se supõe que estivessem mais de acordo com as representações sociais do território. No novo contexto de prosperidade e crescimento económico de Macau voltavam a ganhar sentido a imaginária «árvore das patacas», os míticos «negócios da China», o mítico «luxo asiático», o famoso exotismo oriental.

A partir de 1985/86, com o início do período de negociações sino-portuguesas para a transferência de Macau, há uma certa inflexão nos discursos públicos sobre o território, surgindo preocupações centradas no futuro da administração, mas também preocupações contraditórias quer de prejuízo quer de entusiasmo pelo desenvolvimento económico. Mas, sobretudo, acentuam-se as questões e disputas de política interna em torno de Macau. Ora, no plano interno, após um período de grande instabilidade político-institucional (desde o 25 de Abril), em 1985 constitui-se o I Governo de Cavaco Silva (PSD). Ocorre então a adesão de Portugal à Comunidade Europeia e,

simultaneamente, inicia-se um período de liberalização, formando-se uma conjuntura de estabilidade favorável ao crescimento económico. No entanto, no plano partidário, a continuidade do Partido Social Democrata no governo coincidiu com a permanência na presidência da República de Mário Soares, do Partido Socialista, a outra grande força político-partidária. Estando os assuntos de Macau na dependência directa do presidente da República, tratava-se de um campo sensível à plantação de conflitos. E de facto, no tempo da coabitação no poder de Cavaco Silva e Mário Soares, Macau terá sido usado como um «factor criador de tensões» políticas visíveis e quase permanentes. Na imprensa sucederam-se os escândalos, de que foram exemplos célebres na época os casos TDM e «fax de Macau», que determinariam a demissão do governador Carlos Melancia.

Por outro lado, era a época da elaboração da Declaração Conjunta Luso-Chinesa (1987) e do início da primeira fase do período de transição administrativa para a China (1988), e conseqüentemente adensavam-se as expectativas relativamente ao futuro de Macau. Para Portugal, no plano da política de Estado, assegurar a confiança no futuro do território passava por conseguir manter estabilidade a nível local (e internacional), pelo que este objectivo traduziu-se numa estratégia deliberada de evitar conflitos com Pequim, o que, no entanto, valeu ao Estado português a crítica de subalternização face à China (Santos & Gomes, 1998).

Entretanto ocorriam também mudanças significativas no panorama mediático português e na ligação comunicacional a Macau. A criação do Gabinete de Comunicação Social do Governo de Macau e substituição da ANOP pela Lusa, em 1987, favoreceu com um novo fôlego a cobertura noticiosa dos assuntos relacionados com Portugal no Extremo Oriente, entre os quais as negociações da transição de Macau para a China.

Por outro lado, em meados dos anos 80, a imprensa portuguesa alterava-se substancialmente. A adesão de Portugal à Comunidade Europeia em 1986, o *boom* no mercado publicitário entre 1986 e 1991 e o aumento do investimento no sector dos *media*, entre outros factores, contribuíram para uma modernização da comunicação social portuguesa (Oliveira, 1992). Na imprensa escrita de referência surgiam novos títulos como o semanário *Independente* em 1988 e o diário *Público* em 1990, o que veio obrigar os restantes jornais a reforçarem a sua capacidade investigativa (Reis & Nunes, 1994). No início dos anos 90 registavam-se ainda mudanças originadas pela entrada em funcionamento das televisões privadas SIC e TVI, terminando assim o monopólio da televisão estatal.

Estas transformações no campo dos *media* tiveram como núcleo central as privatizações, a concentração da propriedade e a comercialização das políticas editoriais, acarretando alterações a nível da apresentação da informação e na forma de relacionamento com o público. Ganhavam terreno o sensacionalismo, a ligeireza, a superficialidade da informação, o que não significava que os *media* tivessem deixado de ser «profundamente políticos e profundamente ideológicos» (Correia, 1997). E de facto, a mediatização de Macau estava sujeita à avaliação que os *media* faziam dos retornos que obtinham com a publicação de trabalhos sobre o território. Como nesta

oça de agressividade jornalística e política Macau representava uma potencial fonte de notícias com repercussões na pequena política nacional, que alimenta parte significativa das páginas e do tempo de antena disponíveis, a imagem do território sofreu o fenómeno de distorção, não intencional, mas inerente à organização do sistema mediático. O período entre o final dos anos 80 e o início dos anos 90 correspondeu assim a uma época em que os *media* portugueses tinham a sua atenção centrada em determinada faceta do território, justamente a mais proveitosa na lógica do sistema mediático. Embora esta não estivesse imune às influências (ou manipulações) do sistema político-partidário. Aliás, com frequência, na perspectiva dos observadores e autores a lógica da mediatização obedece aos interesses políticos, como podemos ver na seguinte análise de Carlos Encarnação (*Tempo*, 14/7/1988):

«Na generalidade dos meios de Comunicação Social, Macau é ponto de referência obrigatório. [...] A razão de ser da alusão é, por norma, uma destas: ou porque se trata de um escândalo verdadeiro e próprio, ou porque se descobriu a singularidade de causar uma nova posição do partido dominante, ou porque se lhe atribui a virtualidade de complicar as relações Presidente da República-Governo, ou porque (lugar-comum) se pode projectar no prestígio do nome de Portugal no Mundo.»

Assim, se no início dos anos 80 parecia encontrar-se nalguns discursos mediáticos um certo deslumbre com a imagem de riquezas e oportunidades oferecidas por Macau, com o tempo e os escândalos, começou a ganhar peso um olhar céptico ou crítico e mesmo censurador do que parecia ser a natureza e os procedimentos do território. Algumas expressões usadas na imprensa mostram como Macau servia de pretexto para scárnios e mal-dizeres: «Autêntica árvore das patacas» (*Tal & Qual*, 6/5/88), «cavalo e batalha entre Governo e Presidente da República» (*Tempo*, 14/7/1988), «cidade do jogo e do vício» (*O Jornal*, 13/5/88), «cidade viscosa» (*Expresso*, 7/4/90), «a cidade dos escândalos, das grandes corrupções verdadeiras e inventadas» (*O Jornal*, 2/3/90). Como escreveu Cáceres Monteiro n' *O Jornal* (3/4/1997):

«Também lhe chamam “inferno do jogo”, “caldeirão de intriga”. E, ultimamente, de pequena fortaleza administrada quase como uma caserna passou a “pequena República” onde as ambições, jogos de poder, mas também os talentos e capacidades encontram pasto para se desenvolver, na fecundidade e prosperidade que o dinheiro facilita.»

Existem inúmeros exemplos de artigos que retratam os escândalos e as intrigas que tiveram Macau como pano de fundo. Governadores, membros da administração, portugueses em geral deslocados em comissão de serviço, políticos com qualquer ligação à administração do território, todos genericamente, e alguns em concreto, estiveram sob suspeita ou foram formalmente acusados de cumplicidade ou prática de actos ilícitos.

## Os anos do fim da administração portuguesa

A partir do início dos anos 90, com a nomeação do último governador de Macau, o general Rocha Vieira, tornou-se evidente uma deliberada e mais vigorosa tentativa política para conter, ou controlar, a mediatização do território. As instituições portuguesas pareciam reconhecer a necessidade e o objectivo de criar estabilidade no pequeno enclave e credibilizar a imagem do país no Extremo Oriente. Nesse sentido, como escreveu José Pedro Castanheira, o presidente da República Mário Soares procurou lançar a noção de que Macau era para Portugal «um desígnio nacional», na tentativa de ultrapassar a forma «mesquinha» e «politiqueira» com que frequentemente se tratava o território (*Expresso*, 8/12/1990).

E de facto, no início dos anos 90, na imprensa surgiam indícios de uma certa contenção no tratamento de Macau, materializados no perfil discreto do novo governador e na percepção de que se aproximava o final da administração portuguesa. Mas sobretudo parecia haver uma «nova disciplina» nos canais e fontes de informação dos organismos oficiais acerca de Macau. No entanto, apesar de não surgirem novos escândalos, periodicamente, a imprensa voltava a rememorar histórias de corrupção, sobretudo a propósito dos desenvolvimentos no complicado processo judicial do «caso Melancia», que até 1996 inclusivamente ainda seria bastante mediatizado.<sup>3</sup>

No entanto, a partir de meados dos anos 90, esta conjuntura que favoreceu o silêncio dos *media* seria substituída por outra, de reajustamento no poder político nacional. Voltariam a ser mediatizadas tensões e rivalidades pessoais e partidárias em torno de Macau.

A mediatização de Macau nos anos 90 parece ter sido objecto do confronto de duas lógicas por vezes contraditórias, por vezes complementares, de sistemas diferentes, a lógica mediática e a institucional. Nesta perspectiva, os *media* procuravam em Macau acontecimentos ou questões que preenchessem os critérios de noticiabilidade correspondentes a um modelo, por eles próprios criado, de visibilidade pública do território. Nessa medida, a noticiabilidade de Macau dependeria, por exemplo, do facto de estarem envolvidas figuras públicas nacionais ou de se tratar de algo considerado do interesse nacional. E, no entanto, seria precisamente nesta interpretação de «interesse nacional» onde estaria a maior divergência e a principal razão do conflito com as instituições oficiais. Para o poder central, mas sobretudo para a administração de Macau, era importante «manter a face», preservando as opções e práticas políticas de críticas e polémicas públicas que ameaçassem a estabilidade e dificultassem as negociações com a China, ao enfraquecer as posições portuguesas. Assim, na perspectiva institucional, a defesa do interesse nacional incluía uma estratégia de fechamento aos *media*, enquanto

<sup>3</sup> Segundo um editorial do *Jornal de Notícias* (16/2/98) assinado por João Paulo Meneses, oito anos depois da publicação pelo jornal *O Independente* do chamado «fax de Macau», o caso tinha-se transformado no «mais complexo da justiça portuguesa», com três julgamentos diferentes, duas sentenças diferentes e um «conflito de interesses» entre o Tribunal Constitucional e o Supremo Tribunal de Justiça.

es, pelo contrário, procuravam servir o interesse público adoptando uma atitude de vigilância crítica relativamente à administração.

Um dos sintomas deste confronto de sistemas com interesses contraditórios foi a questão da liberdade de expressão e de imprensa em Macau, tão mediatizada nos anos 90. Esta questão poderá ter tido um efeito secundário importante, ao projectar, através dos *media* nacionais, uma imagem autoritária, fechada e centralizada da administração de Macau junto dos agentes produtores de informação do país, que tenderiam a reagir em defesa do seu campo de acção e do dos colegas de Macau. E se activamente se instalou uma animosidade entre a administração e parte do campo jornalístico de Macau, responsável pelo envio de alguma da informação do território para Portugal, é provável que por vezes tenha havido, até certo ponto, uma crueza liberada no tratamento mediático das questões de Macau a nível nacional.

### 1999 – o ano do «fim do Império»

O ano de 1999 foi o último da administração portuguesa em Macau. O processo de transferência de poderes para a China foi acordado e longamente preparado entre os dois países. A 20 de Dezembro Macau tornou-se uma Região Administrativa Especial da República Popular da China e não um território independente, dado ser oficialmente considerado um território chinês sob administração portuguesa.

Apesar do reduzido tamanho de Macau, a importância simbólica da transição parecia grande tanto para Portugal como para a China. Partindo deste pressuposto e vendo que os últimos dias da administração portuguesa em Macau seriam amplamente mediatizados, parecia interessante verificar até que ponto ocorreriam tentativas de revisão ou reconstrução da memória social portuguesa do território.

Efectivamente, determinados acontecimentos demarcam situações, épocas, delimitam períodos históricos, são utilizados para conferir uma ordem ao passado e ao futuro. Na medida em que podem ter um peso simbólico elevado para a organização do tempo das sociedades envolvidas, obrigam a que lhes sejam atribuídas definições e interpretações sociais. Neste processo de definição da percepção pública do tempo, tal como dizem Molotch e Lester (1974), podem confrontar-se versões contraditórias, travando-se lutas simbólicas pela definição dos acontecimentos. O campo dos *media* torna-se então um alvo prioritário dos grupos em confronto pela definição do acontecimento. E dada a capacidade dos agentes políticos de promover ou escamotear determinados acontecimentos, bem como de promover as suas próprias definições de acontecimentos, os *media* não só estabelecem os pontos de referência temporais que ajudam a organizar a percepção da realidade colectiva em função de interesses políticos, como também se tornam sustentáculos das relações de poder e da hegemonia ideológica.

No caso de Macau, a transferência administrativa foi oficialmente definida como um momento de continuidade e estabilidade, como a consolidação das amigáveis rela-

ções com a China. Neste sentido, foi intencionalmente desdramatizada.<sup>4</sup> No entanto, na imprensa foi frequentemente definida como «o fim do império». Em menor medida usou-se também a expressão «adeus Macau». Ora, uma como outra são expressões dramáticas que condensam a ideia de despedida, ruptura, desfecho – não de continuidade. Por outro lado, atribuindo à transferência de Macau a expressão «fim do império», centra-se o sujeito da acção em Portugal e recorda-se o passado histórico nacional, remetendo o pequeno território para o esquecimento. Esta divergência na definição pública do acontecimento parece demonstrar que, de facto, como afirma Miquel Rodrigo Alsina (1996), os acontecimentos transmitem o imaginário colectivo (as emoções, os hábitos, as representações), são expressão de uma sociedade, são lugar de projecções sociais e de conflitos latentes.

A análise das representações de Macau na imprensa escrita portuguesa a propósito deste acontecimento permite verificar a existência de dois eixos aglutinadores: o primeiro diz respeito ao império colonial português e o segundo ao papel de Portugal em Macau. Isto é, o que estava em causa, a definição social do acontecimento, não era remetido para as características, os problemas ou o futuro de Macau, mas antes para o próprio país, para uma reflexão, seja crítica ou elogiosa, acerca do passado colonial e da actuação política de Portugal. Além disso, nos discursos dos *media* dominava uma configuração de representações que correspondia aos discursos oficiais, isto é, ao discurso do poder e que, no essencial, consistia em entender a transferência administrativa de Macau como um momento histórico grandioso de que os portugueses deviam orgulhar-se. Disto é um bom exemplo a seguinte citação de um editorial de um dos principais diários de referência portugueses (*Diário de Notícias*, 17/12/1999):

«As imagens que agora nos chegam de Macau não têm nada a ver com a memória de 1975, quando Portugal deixou as suas colónias africanas no meio de tumultos variados e de confrontações que causaram sofrimento e desolação. O ciclo do império chega ao fim num cenário de dignidade e “encontro de civilizações” – para utilizar a terminologia politicamente correcta –, que é, desde logo, o tributo devido aos navegadores que há cinco séculos, “deram novos mundos ao mundo”. A história dos descobrimentos e da presença portuguesa nos cinco continentes é capítulo maior da nossa vida colectiva e como tal deve ser assumido. Aconteceu na altura própria, teve altos e baixos, mas é gratificante verificar que estão hoje consolidados caminhos de cooperação, a partir do Portugal europeu, democrático e moderno, para todos os pontos do planeta onde a língua e ou a cultura portuguesas deixaram marcas.»

Além deste quadro de representações que correspondem ao discurso oficial, é possível encontrar nos textos de imprensa analisados outras ainda que, não correspondendo a um discurso oposicional tão coerente e articulado como o primeiro, nem sendo atribuíveis a um autor ou a um grupo definidos, sendo pelo contrário difusas, e

<sup>4</sup> Como diria o coordenador do Gabinete de Coordenação para a Cerimónia de Transferência, «Esta não é uma perda de território, não é uma perda de uma parcela da monarquia. Não é uma festa de boas-vindas, nem de despedida.» (*Notícias Magazine*, 5/12/1999).

do também a repetição de imagens mediatizadas no passado, parecem corresponder a imagens de Macau que foram socialmente construídas ao longo do tempo e que contam a ser consideradas válidas. Estas representações parecem articular-se em torno alguns campos de sentido. Em primeiro lugar, a ideia de distância. Não se trata de uma separação apenas no plano geográfico, mas também nos planos simbólico, cultural, civilizacional, étnico. Macau tem sido representado como a última fronteira, que condensa não só a significação relativa à aventura marítima histórica, à gestação portuguesa e à ousadia de chegar e permanecer tão longe, como também relativa aos limites e aos limites civilizacionais. Com esta noção articula-se a de marginalidade, seja, localização nas margens do conhecido, à beira dos limites do familiar, do habitual. Outra ideia que parece central e que surge relacionada com esta última é a ideia de diferença. Macau sugere alteridade, diversidade face à identidade portuguesa e aos hábitos habituais. Neste sentido atribui-se-lhe um carácter exótico, estranho. A este respeito é possível encontrar duas interpretações opostas: o fascínio pela diferença, o orgulho ao que Macau tem de especial, característico, mas também a repulsa pelo que é diferente do familiar, pelo que se afasta ou inverte a ordem e as regras dominantes da cultura portuguesa. Neste campo ganham sentido as críticas aos vícios, ao jogo, à corrupção, ao desregramento. Esta impressão de permissividade articula-se por sua vez com uma outra ideia muito frequentemente associada a Macau, a oportunidade, o mundo aberto de exploração do outro. Trata-se da crítica aos portugueses que, afastados do mundo civilizacional, tendem a comportar-se marginalmente, deixando-se corromper, preocupando-se com a facilidade dos ganhos fáceis. Este sentido de oportunidade, o aproveitamento das circunstâncias, remete-nos para outra ideia central, a de sujeição. Valorizando as conveniências, os benefícios próprios e imediatos, sem responsabilidade, alguns portugueses submetem-se às condições dominantes no território, à ordem chinesa. Esta noção de subserviência reforça o sentido de repulsa e a condenação moral da distância face à ordem, favorecendo o desinteresse e a estranheza.

Mas além de preceitos oficiais e preconceitos morais, é possível detectar ainda nos recursos mediatizados em 1999 um outro tipo de representações cuja característica dominante é o fascínio por Macau. Trata-se de um género de discurso romantizado em que, quer aspectos criticáveis quer louváveis, ganham um valor que parece dever-se à excepcionalidade e ao exotismo que Macau representa. Basicamente este tipo de discurso será um elogio à diferença. Nesta perspectiva não se pretende escamotear nem ocultar o lado mais sombrio e misterioso de Macau, pois esse é justamente um dos cantos do território. Macau não é visto apenas como uma «terra de sonho» (bonita, moderna, indulgente, porto de abrigo...), mas também em toda a sua dimensão de «desafio»; no entanto, a decadência, a sordidez, o vício e os tráficos vários, os paradoxos extremos, o desamparo, a mágoa, os desencontros, surgem como formas de «irresistível atracção», constituem um «estranho sortilégio sem fim» (*Diário de Notícias*, 7/12/1999). O próprio governador do território, Rocha Vieira (*Visão*, 18/11/1999), também deu expressão, embora de forma politicamente correcta, a esta sensibilidade:

«Macau tem um fascínio muito próprio: o ar que se respira, os cheiros, os barulhos, os templos, as Igrejas, o comportamento das pessoas, os recantos e os parques onde se pratica o tai-chi. [...] Um ambiente, que eu julgo único, em que as pessoas não falam a mesma língua, não têm as mesmas origens, não têm a mesma cultura, mas entendem-se, vivem, convivem e trabalham em conjunto. [...] Macau, na sua pequenez, é riquíssima na densidade de contrastes.»

## Conclusão

Através da análise apresentada é possível verificar que algumas das representações de Macau que circulam em Portugal actualmente já se encontravam na imprensa escrita na altura da transição para o século XX. Cercado e alimentado pelo desconhecimento, existia já um imaginário de mistério e exotismo em que as possibilidades oferecidas (heroísmo, aventura, riqueza, vícios, perdição) tinham a convicção de uma localização no limite da civilização, a indulgência das margens da lei, a permissividade dos costumes.

Mais tarde, este imaginário, submetido à disciplina moralista do Estado Novo, foi escamoteado. A informação publicada obedecia ao modelo inculcador da ideologia colonial do regime. Na imprensa, Macau passou a ser apresentado como um símbolo da vocação civilizadora do país e das qualidades do povo português. Exaltavam-se as virtudes nacionais e a coesão entre a metrópole e as colónias, considerando-se Macau exemplar na defesa da soberania portuguesa. Neste sentido, procurou-se corrigir a deformada imagem pública de Macau, que tendia a ser identificado como um «centro de vício», elogiando-se as medidas tomadas para proceder ao saneamento moral e para reduzir a importância económica e tributária do jogo.

Com a libertação da imprensa e o surto de desenvolvimento nos anos 80, o jornalismo português «redescobre» a «cidade do jogo e do vício». A promoção e o incentivo ao investimento em Macau como estratégia de entrada na China, os relatos de prosperidade e o explosivo crescimento económico dão sentido à imagem de «árvore das patacas». As intrigas políticas e as suspeitas de compadrios e atropelos à lei possibilitam escândalos mediáticos que ameaçam a credibilidade das instituições portuguesas. Torna-se evidente a necessidade política de estabilidade e Macau surge como uma questão de dignidade nacional face ao julgamento da História.

A entrada na última década de administração portuguesa impulsiona um processo político de credibilização da imagem de Portugal no Extremo Oriente que passa pelo controlo da informação oficial transmitida aos jornalistas. Mas esta estratégia política de fechamento aos *media* entra em confronto com a cultura profissional de vigilância crítica face à visibilidade que ganhou a imagem suspeita de Macau.

Demarca-se então uma clivagem conceptual na mediatização de Macau. Os discursos produzidos ou inspirados pelas instâncias oficiais salientam o empenho das instituições nacionais e projectam confiança no futuro de Macau; enquanto o discurso dos

ctos jornalísticos» referem incerteza e angústia face ao futuro, falta de informação população, violência, excessivo peso económico do jogo e de actividades crimino-, escândalos, oportunismo e avidez, debilidade na herança cultural portuguesa e a grande distância civilizacional entre Portugal e Macau.

De forma geral pode dizer-se que Macau parece ter sido quase sempre objecto de inde indiferença por parte dos portugueses. Quase até ao final do século XX o ter-ório foi, salvo algumas excepções, sistematicamente ignorado na produção cultural rtuguesa.

No entanto, a partir de meados da década de 80, alguns factores, como o desen-olvimento socioeconómico verificado tanto em Macau como em Portugal, o conse-ente aumento de contactos de portugueses com Macau a partir dessa altura, incen-ado também pela política de recrutamento de quadros nacionais para o território, is também, de modo decisivo, a formação de uma conjuntura política em que era de nde importância promover uma imagem pública bem sucedida da administração Macau e da sua história.

Neste contexto, os organismos oficiais promoveram a ideia do «encontro de cul-:as», um conceito fabricado para, à luz da modernidade, justificar a (tentativa de) minação exercida sobre os povos colonizados, publicitando-a como achamentos ou scobertas que conotam amizade e harmonia inter-cultural.

Em síntese, a presença de Macau na imprensa portuguesa terá sempre constituído a reflexo ou uma indicação do valor atribuído ao território no país. À grande dis-:cia e às dificuldades técnicas na transmissão de qualquer informação juntou-se reduzido peso de Macau na economia do país. Quer pela presença de naturais de rtugal em Macau, quer pelos movimentos de população, quer pelo nível de difusão . língua portuguesa ou pelas relações comerciais estabelecidas, ou por ainda outros ctores, toda a informação disponível testemunha um debilíssimo relacionamento tre Portugal e Macau. Não existindo um vínculo social forte entre os dois territórios, enas reduzidíssimos níveis de intercâmbios, mobilidades e influências, terá havido mpre necessariamente um desconhecimento generalizado de Macau entre os portu-:eses. Consequentemente deverá ser atribuída maior importância aos processos de ediação do conhecimento de Macau. Dito de outro modo, os mecanismos sociais de termediação da realidade do território, principalmente os *media* – dada a sua capaci-:de de transmissão social, mas também porque noutros campos como a literatura ou educação formal tem havido uma manifesta ausência de conteúdos –, terão desempe-:ado um papel fundamental na formação das representações sociais de Macau.

#### Referências bibliográficas

sina, M. R. (1996) *La Construcción de la Noticia*, Barcelona: Paidós.

orreia, F. (1997) *Os Jornalistas e as Notícias*, Lisboa: Caminho.

all, S. (1997) 'The work of representation' in Hall, S. (ed.) (1997) *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*, London: Sage.

Horta, A. (2000) *Macau na Memória Social Portuguesa*, Tese de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Lisboa: ISCTE.

Mesquita, M. (1994) 'Os meios de comunicação social' in Reis, A. (coord.) (1994) *Portugal. 20 anos de democracia*, Lisboa: Círculo de Leitores.

Molotch, H., Lester, M. (1974) 'As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos' in Traquina, N. (org.) (1993) *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Lisboa: Vega: 34-51.

Oliveira, J. M. P. (1988), *Formas de «Censura Oculta» na Imprensa Escrita em Portugal no Pós-25 de Abril (1974-87)*, Tese de Doutoramento, Lisboa: ISCTE.

Oliveira, J. M. P. (1992) 'A integração europeia e os meios de comunicação social' *Análise Social*, 118-119: 995-1024.

Pinto, R. (1993) 'Comunicação social: dois séculos de expansão' in *Macau*, Agosto de 1993.

Reis, A., Nunes, J. M., (1994) 'Breve síntese sobre a evolução dos *media* no período 87-94' in Reis, A. (coord.) (1994) *Portugal – 20 Anos de Democracia*, Lisboa: Círculo de Leitores.

Santos, B. S., Gomes, C. (1998) *Macau – O pequeníssimo dragão*, Porto: Afrontamento.

Schudson, M. (1988) 'Por que é que as notícias são como são?', *Revista de Comunicação e Linguagens*, 8: 17-27.

Vala, J. (1993) 'Representações sociais – Para uma psicologia social do pensamento social' in Vala, J. & Monteiro, M. B. (coord.) (1993) *Psicologia Social*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.